

A República sem ocaso

8861 NAC 91
NERTAN MACEDO



O povo brasileiro tem, sabidamente, a memória despovoada. E não será essa estranha, esquisita incapacidade de nossa gente em acompanhar com empenho e desvelo a própria história, a raiz de todos os nossos males políticos, econômicos, sociais?

Oliveira Vianna, no seu estudo clássico *O Ocaso do Império*, soube compreender como poucos os motivos reais da queda da monarquia no Brasil. Ele lembra, a propósito, que há dois tipos de história: a dos fatos e a das idéias. Mas o historiador autêntico será, certamente, o que melhor mergulhar na evolução mental do seu povo. Notadamente das elites desse povo. E principalmente quando tais elites, oriundas como no Brasil de uma formação cartorial, essencialmente cortesã e dependente de aristocracias endogâmicas, julgaram, como em 89, que finalmente haviam descoberto o verdadeiro caminho da completa "salvação nacional" — trocando então a ilusão monárquica pela não menor ilusão republicana.

Sob o ponto de vista puramente histórico, de justiça histórica, pelo menos, temos de admitir no momento que a emenda do jovem deputado paulista Cunha Bueno, consentindo num plebiscito para que o brasileiro comum diga se prefere a monarquia ou a república, nascida do golpe militar de Deodoro, é algo, quando muito, sumamente curioso e até mesmo transcendente, se vista sob a costureira ótica da mediocridade tupiniquim.

Afinal, o Brasil vai optar entre o equívoco de Pedro II e o equívoco general João Batista Figueiredo. E tal é por demais importante, num País reconhecidamente sem memória, secularmente alheio à sua sorte política, ao próprio destino ou curso social. Os Orleans e Bragança, de Petrópolis, com seus reduzidos grupos de acobocladados "camelots du roi", espalhados pelas antigas províncias do Sul e do Norte, estarão hoje à altura do espetáculo anunciado? Ou, enfasiados pelos mil anos de dinastia, em França e fora dela, não virão elas preferir cuidar das suas terras e da tradicional vida familiar, que tanto prezam em quaisquer latitudes?

Na verdade, os propagandistas do regime monárquico não teriam muito o que argumentar a favor das teses de retorno à causa dinástica dos Orleans e Braganças mas sendo providenciar, com certa urgência, a reedição desse livro extraordinário de Oliveira Vianna, já acima aludido. Pois, se o falecido mestre Gilberto Freyre recordou, com muita sabedoria e oportunidade, que a monarquia brasileira manteve em seu tempo os mesmos costumes e estilo de vida, das casas grandes e engenhos (o Paço de São Cristóvão era, em tudo, uma casa-grande de engenho, ou de fazenda de café paulista), foi outro cronista, não menos observador e sutil, o historiador e político João Brígido, cearense de adoção nascido na antiga província fluminense, o primeiro a acusar os cérebros políticos da monarquia, ou precisamente os famosos senadores do

Império, aos quais perversamente tachou de "príncipes crioulos", como os maiores responsáveis pela degredação das antigas, vetustas e veneráveis instituições imperiais. Todas elas criadas pelo gênio indistinctível dos estadistas da Independência, que aturaram Pedro I e educariam, mais tarde, o democrata e culto Pedro II, conhecedor abalizado da psicologia nacional, a ponto de, num dia, contentar os liberais e no dia seguinte, os conservadores, todos igualmente gulosos e predadores da república. Ontem, como hoje, é óbvio.

Oliveira Vianna meteu, fundo, o dedo nessa velha ferida brasileira: a falta de espírito público da nossa gente, das nossas elites, dos nossos partidos, eternamente sem idéias e programas, só preocupados em manter o povo, a Nação, sempre alienado, servindo-se, dele ou dela, a cada passo, para transformar, num passe de mágica "tão Brasil", a minoria oposicionista da véspera em maioria governante do dia seguinte. Bastando que, para essa mágica besta, os caudilhos de plantão, militares ou civis dêem o indispensável sinal verde.

Só o velho Sinimbu, nos idos de 87,alaria de uma "missão mais elevada", reservada, aos políticos da época e que seria a educação do povo brasileiro para a democracia. Pois, naquele tempo, já então os pobres brasileirozinhos confiavam pouco nos seus ilustres estadistas: homens definidos no livro de Vianna como incertos, dúbios, contraditórios, oscilantes nas idéias, não dispensando o povo a eles a menor fé e a mínima confiança. Falta-valhes, com as exceções de praxe, como ao povo também, o necessário espírito público, com uma opinião organizada, capaz de respaldar uma sondagem eficaz, através do processo eleitoral vigente, das verdadeiras tendências nacionais. O Império vivia assim ressentido, e muito, de tudo que faz um autêntico povo democrático e civilizado: a organização de classes, a liberdade civil, sendo que Vianna nem sequer menciona a "liberdade econômica", hoje a mais procurada. O povo brasileiro, como diria Couty, era apenas uma "reunião de homens, como a porcada era uma reunião de porcos".

Dai, restarem somente os militares, que desde o fim da Guerra do Paraguai vinham-se assanhando em torno do poder, rudes e autoritários. Além do mais, fortemente inspirados, ao contacto dos caudilhos republicanos platinos com os quais privaram nas campanhas suíças. Eram, então, esses oficiais positivistas, ou simplesmente puros e incorruptíveis, pobres, idealistas e desambiciosos. E, também, como o marechal Floriano, liberais. Só que liberais, esses cidadãos-fardados, acreditavam na salvação nacional pela duvidosavia da ditadura militar.

Assim, mesmo diante do plebiscito a ser produzido pela emenda Cunha Bueno, nossa impressão é que o povo brasileiro, a despeito da sua tragédia cotidiana, não pretende mudar o figurino. Vota-se aqui, ontem como agora, em quem tem maiores possibilidades de ganhar. Não se diz no Nordeste que feio mesmo em política é a gente perder?

No país do "levar vantagem" todos morrem abraçados, mas não se rendem aos paraguicós.